

## Empresas e escritórios discordam sobre melhor software jurídico

Os *softwares* jurídicos estão se tornando cada vez mais presentes na rotina dos profissionais do Direito, para dinamizar e automatizar atividades rotineiras de bancas e departamentos jurídicos, além de auxiliar na gestão. Porém, as especificidades dessas duas atividades fazem com que o *software* preferido por quem atua em escritórios por um seja preterido por quem trabalha em empresas.

Pesquisa da rede Intelijur, feita com pouco mais de 1,4 mil advogados, mostrou que o programa mais usado entre os departamentos jurídicos é o Espaider, criado pela Fácil e lembrado por 27% dos entrevistados. Já entre os escritórios, o *software* preferido é o o CPJ, plataforma criada pela Preâmbulo e citada por 29% dos respondentes.

### Reprodução



Ao todo, 44% dos entrevistados trabalha em departamentos jurídicos, enquanto os outros 56% atuam em bancas.

A segunda plataforma mais usada pelos departamentos jurídicos é o RR Jurídico (23% das respostas), que também é voltado para administração. A terceira colocação ficou com o CPJ (13,7%).

Nas repostas dadas por advogados que atuam em escritórios, as plataformas da Thomson Reuters (Legal One, CP-Pro, Prolink e Tedesco) ocuparam a segunda posição, escolhidas por 19,9% dos advogados. Já a terceira mais lembrada foi a Aurum, que desenvolveu os programas Themis e Astrea (16,3%).

**Confira quais foram os aplicativos citados pelos entrevistados (os dados foram colhidos entre 13 de novembro e 22 de dezembro de 2017):**

| Advogados de empresas* |      |                 |     |
|------------------------|------|-----------------|-----|
| <i>Software</i>        | %    | <i>Software</i> | %   |
| Espaider               | 27,9 | Advise          | 4,1 |
| RR Jurídico            | 23   | Themis e Astrea | 3,9 |
| CPJ                    | 13,7 | E-law           | 3,9 |

**Advogados de empresas\***

|                                      |                  |     |
|--------------------------------------|------------------|-----|
| Legal One, CP-Pro, Prolink e Tedesco | 12,3 Webjur      | 3,3 |
| Projuris                             | 10,8 Docusing    | 1,9 |
| e-Xyon                               | 7,6 Projurid     | 1,9 |
| Benner                               | 7,4 Alkasoft     | 1,6 |
| Projudi                              | 6,7 Datajuri     | 1,6 |
| Software próprio                     | 5,3 Destaque     | 1,5 |
| Kurler                               | 5,1 LegalManager | 1,5 |
| Sigajuri e Sisjuri                   | 4,7 SharePoint   | 1,5 |
| Não usa <i>software</i> jurídico     | 4,2              |     |

*\*Total ultrapassa 100% porque mais de um software pôde ser citado*

**Advogados de escritórios\***

| <i>Software</i>                      | %    | <i>Software</i>    | %   |
|--------------------------------------|------|--------------------|-----|
| CPJ                                  | 29,4 | Webjur             | 3,8 |
| Legal One, CP-Pro, Prolink e Tedesco | 19,9 | Saj ADV            | 2,6 |
| Themis e Astrea                      | 16,3 | Adv Box            | 2,5 |
| Projudi                              | 14,2 | Destaque           | 2,3 |
| Advise                               | 10,7 | Oystr              | 1,9 |
| Promad                               | 10,7 | Sisjur             | 1,9 |
| Espaider                             | 9,2  | E-Law              | 1,8 |
| Projuris                             | 8,8  | Síntese Online     | 1,7 |
| LegalManager                         | 7,5  | Magister           | 1,5 |
| Benner                               | 6,3  | Advin              | 1,4 |
| Sigajuri e Sisjuri                   | 5,9  | LegalCloud         | 1,4 |
| Kurler                               | 5,8  | Prawo              | 1,4 |
| TWT info                             | 5,7  | Ultimatum          | 1,4 |
| Software próprio                     | 5,6  | Finch              | 1,3 |
| Datajuri                             | 5,35 | Publicações Online | 1,4 |
| Não usa <i>software</i> jurídico     | 4,9  | iTurn              | 1,2 |
| e-Xyon                               | 4,3  | RR Jurídico        | 1,2 |
| Alkasoft                             | 4    |                    |     |

*\*Total passa de 100% porque era possível escolher mais de um software*

## Escritório de bolso

Enquanto o Judiciário ainda patina na informatização e na infraestrutura tecnológica para atender seus jurisdicionados, os advogados se tornaram público-alvo das empresas de tecnologia. Em partes, isso é explicado pelo número de *smartphones* no Brasil. Pesquisa de 2017 da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo mostrou que há 198 milhões desses aparelhos no país, quase um para cada brasileiro.

Alguns desses sistemas, por exemplo, o Looplex e o Previdenciaria, foram desenvolvidos para oferecer modelos de peças aos advogados. O primeiro tem material relacionado aos mais variados ramos do Direito, enquanto o segundo é focado no ramo previdenciário. A advogada **Fernanda Vignoli** Cabral, gerente jurídica da Sonda Ativas, explica que empresas desenvolvedoras desses sistemas são conhecidas como Lawtechs ou Legaltechs.

“São termos que se referem a startups que criam serviços e/ou produtos voltados ao mercado jurídico”, conta. Para ela, essas plataformas, por terceirizarem serviços antes feitos por advogados — por exemplo, elaborar petições e contratos ou analisar documentos — “vêm fazendo um movimento disruptivo irreversível”.

Um desses programas que auxiliam na leitura e interpretação de decisões foi desenvolvido pela Softplan. O Convex Legal Analytics identifica as chances que as partes têm de ganhar ações judiciais. A análise é feita a partir de padrões existentes em ações de um determinado ramo, por exemplo, dano moral por extravio de bagagem ou atraso no voo.

Esses parâmetros foram obtidos a partir da leitura automática de decisões de todo o país feita por robôs que foram ensinados a interpretar essa linguagem voltada para seres humanos, ou seja, não binária. O escritório pernambucano Urbano Vitalino começou a usar um desses sistemas de leitura por robô, o Watson, desenvolvido pela IBM.

**Urbano Vitalino Neto**, sócio-fundador do escritório, diz que a adoção da automatização foi definida para retirar do horário de trabalho dos funcionários algumas atividades que demandam muito tempo, mas pouca atividade intelectual, por exemplo, a busca por informações relacionadas a ramos do Direito (alterações e novas leis, posicionamento de magistrados, precedentes, jurisprudências e decisões judiciais).

“Além de ampliar, por exemplo, a capacidade dos advogados na montagem das peças processuais com mais precisão e em menos tempo”, diz o sócio do escritório, que espera um aumento de 30% na produtividade da banca no médio prazo.

## Cursos e comunicação

Para além da facilitação do trabalho rotineiro de escritórios, ou mesmo sua administração, há programas desenvolvidos por lawtechs para capacitação de profissionais. Um deles é o ComplianceNet, que oferece cursos sobre o tema. Outro aplicativo nesse sentido foi desenvolvido pelo curso CERS.

Chamado de “CERS no Bolso”, o programa permite que o aluno baixe as aulas e as assista mesmo sem conexão com a internet. Outras de suas funcionalidades são as possibilidades de acelerar os vídeos das

aulas ou transformar o arquivo em áudio, para ouvi-lo quando puder.

Há ainda outras opções para que o advogado acompanhe o andamento processual de suas ações. Uma dessas plataformas é o Aplicativo JTe, que informa sobre o andamento de feitos na Justiça do Trabalho. Até o momento, o programa abrange os tribunais regionais do Trabalho da 5ª Região (BA), 1ª (RJ), 3ª (MG), 4ª (RS), 6ª (PE), 7ª (CE), 8ª (PA/AP), 9ª (PR), 14ª (RO), 15ª (Campinas-SP), 17ª (ES), 20ª (SE) e 21ª (RN).

A ferramenta também emite boletos para pagamentos, com conexão direta à Caixa Econômica Federal, e oferece consulta de jurisprudência, pautas de audiências e sessões. Ainda sobre o andamento processual, mas fora do ramo trabalhista, há a Calculadora de Prazos, criada pela LegalCloud.

Saindo um pouco do acompanhamento processual, o Comunicação Pública APP foi desenvolvido para centralizar os canais de atendimento de unidades judiciárias, facilitando assim a comunicação entre advogados e magistrados. Atualmente o dispositivo é usado pela 3ª Vara Cível do Ceará.

Segundo o juiz **Cid Peixoto do Amaral Neto**, o programa facilita por evitar a necessidade de deslocamento até o fórum e também que as partes tenham que ficar em frente ao seu gabinete esperando atendimento. “Por meio das solicitações do chat, consigo perceber em qual serviço possa estar havendo eventual demora da secretaria de vara e assim melhorar a gestão. Também fico mais tranquilo em saber que as solicitações e o contato com os servidores da secretaria passe a ser de forma pública e transparente”, afirmou.

Até seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil desenvolveu um programa que dá acesso a todas os serviços oferecidos pela Caixa de Assistência dos Advogados no estado. Segundo a seção, até novembro de 2017, mais de 2,8 mil advogados já estavam usando a plataforma — o estado tem 65,8 mil profissionais registrados na instituição, segundo o Conselho Federal da OAB.

Com o programa, o advogado pode acessar o site da CAA-PR; a Farmácia Virtual; os convênios de farmácias, hotéis, odontológicos, de descontos e de planos de saúde; o estatuto da advocacia; saber qual a diretoria da entidade e seu histórico, por exemplo.

*\*Notícia alterada às 10h05 do dia 24 de janeiro de 2018 para correção de informação.*

#### **Date Created**

23/01/2018